



A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS CURRICULARES DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O ESTADO DE MATO GROSSO

Luciane de Almeida Gomes
Éderson Andrade

RESUMO

O presente trabalho consiste em um relato de experiência das ações do grupo de sistematização das Orientações Curriculares para o Estado de Mato Grosso. As discussões por uma forma diferente de organização do ensino nas escolas estaduais começaram por volta do ano de 1996, quando em 2000, oficialmente o estado assumiu a proposta da “Escola Ciclada de Mato Grosso”. Seis anos mais tarde, as discussões são retomadas, a fim de avançar nas concepções relacionadas a ciclos de aprendizagem. Assim a organização por ciclos de formação humana começa a ganhar corpo e, a construção coletiva das Orientações Curriculares integrou esse processo, proposto como democrático para construção do documento para o sistema estadual de educação em Mato Grosso, organizado em diferentes momentos a fim de que todos os profissionais da educação no estado dialogassem com o documento. Este trabalho relata o processo de construção e as contribuições levantadas para o texto específico da Educação Física. As contribuições puderam revelar a fragilidade na formação dos professores e a necessidade de ampliação no que se refere aos conhecimentos pedagógicos dessa área a partir da compreensão de ciclos de formação humana.

Palavras-Chave: Educação Física; Orientações Curriculares; Escola.

ABSTRACT

This work is a report of the actions of the group experience of systematization of the Curriculum Guidelines for the State of Mato Grosso. The discussions for a different way of organizing the teaching in state schools began around the year 1996, and in 2000 the state officially took over the proposed of the "Cycled School of Mato Grosso". Six years later, discussions took place again in order to advance the concepts related to the learning cycles. Thus, the organization for human development cycle begins to take shape, and the collective construction of the curriculum guidelines, integrated this process who was proposed as a democratic construction, so it was a document destined to the state education system in Mato Grosso, organized at different times, thus, all education professionals in the state could talk with the document. This paper describes the construction process and the contributions raised for the specific area of Physical Education. Contributions could reveal the weakness in the training of teachers and the need to expand the pedagogical knowledge in this area from the understanding of cycles of human development.

Key Words: Physical Education; Curriculum Guidelines; school.



RESUMEN

Este trabajo es un informe de las acciones de la experiencia del grupo de sistematización de los lineamientos curriculares para el Estado de Mato Grosso. Los debates de una forma diferente de organizar la enseñanza en las escuelas estatales comenzaron alrededor del año 1996, y en 2000 el Estado asumió oficialmente la propuesta de "Escuela en ciclos de Mato Grosso". Seis años más tarde, los debates son reiniciados a fin de desarrollar los conceptos relacionados con los ciclos de aprendizaje. Así, la organización del ciclo de desarrollo humano comienza a tomar forma, y la construcción colectiva de los lineamientos curriculares, integraron este proceso, propuesto democráticamente para la construcción del documento del sistema de educación del estado de Mato Grosso, organizada en diferentes momentos para que todos los profesionales de la educación del Estado colaborasen con el documento. Este artículo describe el proceso de construcción y las aportaciones planteadas por el lenguaje específico de la Educación Física. Las contribuciones podrían revelar la debilidad en la formación de los docentes en esta área, o la necesidad de ampliar los conocimientos pedagógicos en este ámbito de la comprensión de los ciclos de desarrollo humano.

Palabras Clave: *Educación Física; Directrices Curriculares; Escuela.*

A organização em ciclos e o processo de construção coletiva das orientações curriculares para as escolas estaduais do estado de Mato Grosso

A Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso - SEDUC - iniciou, no ano letivo de 1998, uma reestruturação do Ensino Fundamental, com a proposta de implantação do Ciclo Básico de Aprendizagem (CBA). Cabe lembrar que desde 1996 o estado contava com iniciativas que fomentavam a reflexão a partir de novas formas de organização do ensino fundamental, a exemplo, o Projeto Terra.

No ano 2000, o estado de Mato Grosso assumiu oficialmente essa organização, por meio da publicação das diretrizes educacionais, com o título, "Escola Ciclada" de Mato Grosso: novos tempos e espaços para ensinar — aprender a sentir, ser e fazer. O texto segue tendo como referência o próprio documento, elaborado com o objetivo de contribuir para a reflexão sobre a prática pedagógica, a compreensão dos princípios orientadores da escola organizada em "Ciclos de Formação" (MATO GROSSO, 2000, p. 11).

O projeto previa a mudança da concepção da 'escola seriada' para uma "escola ciclada", justificada pela necessidade que a atual conjuntura político-econômica-social apresentava, exigindo um novo paradigma para que a escola tivesse condições de atender as necessidades reais da população, contemplando as relações entre desenvolvimento e economia.

A partir dessa mudança, a SEDUC iniciou uma reestruturação do Ensino Fundamental, estruturando o Ciclo Básico de Aprendizagem – CBA, como uma "estratégia político pedagógica de caráter democrático para enfrentamento do fracasso escolar" (MATO GROSSO, 2000, p. 17).

A partir de 2006 as discussões relacionadas à concepção de ciclos foram retomadas no estado, a fim de avançar principalmente na compreensão de que não é a escola que se cicla, não é uma mudança



apenas estrutural, mas sim um reordenamento, a organização dos tempos e espaços de aprendizagem, fortalecendo a compreensão de ciclos de formação humana.

Nessa perspectiva, o foco central da educação passava a ser o aluno, a partir da compreensão do aluno como sujeito da aprendizagem em suas diferentes fases, fazendo-se necessário rever questões relacionadas à avaliação, gestão, continuidade educativa, formação profissional, formação de coletivos e, a reestruturação do currículo, que é o foco deste texto.

As novas possibilidades de se pensar a educação no atual contexto social, exigiu do estado de Mato Grosso uma aproximação com seus entes federados, a partir de um diálogo com o MEC (Ministério da Educação), com as IES (Instituições de Ensino Superior), Sintep (Sindicato dos Trabalhadores da Educação), CEE (Conselho Estadual de Educação), IFMT (Instituto Federal de Mato Grosso), a fim de consolidar as políticas de formação continuada dos profissionais da Educação no estado e a organização curricular para a Educação Básica, de forma a contemplar as especificidades do estado de Mato Grosso.

Assim, a SEDUC/MT, assumiu o desafio da construção coletiva das orientações curriculares para o estado de Mato Grosso, no intento de um processo dialético, objetivando estabelecer a construção de um documento que contemplasse a diversidade de especificidades das escolas, sendo que o texto preliminar foi construído por consultores selecionados e contratados pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (Seduc) para deflagrar o processo.

O texto das concepções gerais foi recebido pela Seduc e encaminhado para leitura e contribuições das escolas, dos Cefapros¹, conforme previsto na carta de apresentação do documento:

Assegurado a liberdade de opinião e o processo de construção coletiva, o texto, amplamente discutido, deverá incorporar, resguardada a sua coerência interna, e sua adequação à realidade, as propostas de modificação, de forma a contemplar tanto quanto possível, as variadas formas de práticas pedagógicas existentes no cotidiano da escola pública de Mato Grosso (MATO GROSSO, 2010).

O envio do primeiro caderno às escolas ocorreu no ano de 2009, ficando para 2010 o trabalho de construção do texto das orientações curriculares por área de conhecimento.

O processo de trabalho com o texto das áreas foi encaminhado primeiramente aos Cefapros (Centro de Formação dos Profissionais da Educação), que assumiram a responsabilidade de mediar o diálogo entre os profissionais da educação e o documento preliminar, sistematizando as contribuições por polos, encaminhando-as aos grupos de trabalho estabelecidos por área de conhecimento, para sistematização das contribuições dos diferentes polos para consolidação do documento.

As primeiras contribuições diretas aos textos das áreas vieram dos professores formadores dos Cefapros, que após as leituras e inferências ao texto, se reuniram em um seminário, divididos em grupos de trabalhos por área de conhecimento, para debater e votar as contribuições pertinentes a serem incorporadas ao texto.

¹ Os Cefapros são unidades descentralizadas da Secretaria de Estado de Educação estabelecidas em 15 regiões pólos do estado, responsáveis pela dinâmica da formação continuada dos profissionais da Educação de todas as escolas do pólo de atendimento da unidade.



As contribuições do Cefapros, aos textos foram reencaminhados aos consultores para que avaliassem as contribuições e as somassem ao texto.

Antes que o texto por área fosse encaminhado às escolas, a Secretaria de Estado de Educação constituiu grupos de trabalho, um para cada área de conhecimento, e um Grupo de Trabalho de alfabetizadores. Esses grupos de trabalho receberiam as contribuições, e estabeleceriam o diálogo com os consultores para reconstrução do texto a partir da sistematização das contribuições advindas de todo estado.

O documento foi encaminhado às escolas, que se organizaram de formas diferentes para propor intervenções ao texto. As escolas se responsabilizaram por encaminhar suas contribuições e representantes de todas as áreas de conhecimento para uma etapa municipal.

Na etapa municipal, as contribuições das escolas foram avaliadas, votadas e encaminhadas à etapa regional. Também coube a eleição de representantes na etapa municipal que comporiam a etapa regional.

As contribuições da etapa regional foram sistematizadas pelos Cefapros e encaminhadas à Seduc para distribuição aos grupos de trabalho. Esses grupos assumiram a responsabilidade de sistematizar as contribuições de todo o estado, dialogar sobre as proposições e acompanhar a alteração dos textos junto aos consultores.

Foi um longo processo até que o texto retornasse aos grupos de trabalho para fechamento do texto, na tentativa de garantir que o processo fosse de fato democrático, a fim de que cada profissional da Educação pudesse se sentir parte dessa construção e compartilhasse das concepções assumidas pelo documento.

Nesse sentido, esse texto segue relatando o processo de construção das Orientações Curriculares, especificamente a partir das contribuições oferecidas para o texto da área de linguagens, do componente Educação Física, a fim de que, a partir da análise das contribuições propostas para o documento, pudéssemos refletir sobre as demandas de formação ainda necessárias à implementação das práticas pedagógicas ofertadas por essa disciplina nas escolas estaduais de Mato Grosso.

A Educação Física nas Políticas de Educação do Estado de Mato Grosso

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), no Título V, Capítulo II, Seção I, Art. 26, § 3º apresenta a Educação Física como componente curricular obrigatório da Educação Básica, compreendida, então, como uma disciplina escolar com conteúdos específicos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Médio (PCNs) classificaram a Educação Física na área de linguagem, com o objetivo de possibilitar a ampliação da visão sobre a cultura corporal de movimento (BRASIL, 1999), mas não trata de forma aprofundada dessa possibilidade, o que demonstra uma ampla necessidade de discussão entre os profissionais da área. Essa perspectiva de enquadramento da Educação Física na área de Linguagens foi incorporada por todos os níveis da Educação Básica.

Segundo as orientações para a “Escola Ciclada” de Mato Grosso, caderno que orientava a organização das escolas a partir da concepção de Ciclos de Formação Humana, as disciplinas da área de Linguagem — Língua Portuguesa e Estrangeira, Artes e Educação Física — buscavam “igualmente capacitar o ser humano para o uso dialógico das diferentes manifestações da linguagem, como forma de construir o sujeito, a realidade e as próprias linguagens” (MATO GROSSO, 2000, p.112).



As orientações específicas para a Educação Física no caderno apontavam para a necessidade de reflexão a fim de se pensar a importância da linguagem corporal na vida humana, no homem como produtor da cultura e a linguagem como transmissão e aquisição da cultura.

Cabe lembrar que nas escolas estaduais de Mato Grosso, o caderno previa o regime de “unidocência”, ou seja, um único professor, licenciado em pedagogia como o responsável pela construção da prática pedagógica em todas as áreas do conhecimento, situação que ainda ocorre do primeiro ciclo, até a 2ª fase do segundo ciclo no estado de Mato Grosso, ou seja, nessas etapas de ensino, todos são atendidos por um único professor.

O documento considerava a aptidão física, o domínio do movimento e a saúde corporal como sendo “objetivos claramente dominados” (visão biológica), e incorporava o trabalho nas dimensões afetiva, cognitiva e sociocultural, considerando as características dos alunos no processo ensino-aprendizagem em todas as suas dimensões (cognitiva, corporal, afetiva, ética, estética, de relação interpessoal, e inserção social).

Essas dimensões eram tratadas como objetivos no texto, mas atribuía-se a Educação Física a responsabilidade pelo “ensino do ser”, à liberdade de expressão e comunicação, como sendo sua nova caminhada. Recomendava a operacionalização dessa ação com atividades recreativas, em um processo lúdico. “Em ambiente prazeroso, é fácil ser espontâneo, livrando-se da timidez, de outros preconceitos e de outras dificuldades. É a essência da energia humana” (MATO GROSSO, 2000, p. 132).

A falta de consistência teórica pode colocar em dúvida a qualidade do documento, principalmente quando se observa trechos como o transcrito abaixo:

Há que, na Educação Física, ensinar as pessoas a se tocarem agradavelmente (isto é, sem medo, vergonha ou outras intenções), a se abraçarem, agradecerem, viverem em harmonia, ou seja, em amor universal. “Amai-vos uns aos outros”, grande ensinamento de há mais de dois milênios, não foi ainda alcançado. (MATO GROSSO, 2000, p. 133)

Além de considerar as características dos alunos no processo de ensino-aprendizagem, o documento também previa compreender o estágio dos domínios de comportamento (psico-motor, cognitivo, afetivo/social) da criança a fim de completar plenamente o potencial humano, alcançando a identidade do ser.

Não havia um referencial teórico que pudesse ser observado ou identificado pela leitura do documento, mesmo porque muitos parágrafos diferem um do outro, também nenhuma citação no texto que indicasse um autor ou uma linha de pensamento a não ser o próprio texto.

Apenas quando parte para os princípios pedagógicos estabelecidos para a Educação Física, é que o documento cita Annemarie Seybold. Segundo o documento (p. 133), essa autora nos ensina que é preciso adotar princípios metodológicos básicos: adequação à natureza, adequação à criança, individualização, solidariedade, espontaneidade.

Em todos os pontos, as referências de aprendizagem se relacionavam a valores, atitudes. Quando se referiu ao esporte, jogos, as lutas, a ginástica, à dança, citava também a recreação, fazendo menção a eles como área de atuação da Educação Física que devia se adequar ao ambiente escolar, adaptando princípios, metodologias, e regras “para o desenvolvimento humano do ser criança em evolução. Nunca a criança deve moldar-se a elas” (MATO GROSSO, 2000, p. 136).



O documento da “Escola Ciclada” de Mato Grosso, também previa, organização em ciclos, mas no que se refere à proposta específica de Educação Física observada no documento, era visível a falta de relação com as orientações gerais do documento, dificultando a apropriação.

Nesse sentido, a proposta de revisão do documento para compor as orientações curriculares, especialmente na área de Educação Física, foi muito bem vinda pelos professores de Educação Física do sistema estadual de Educação, principalmente pelo reconhecimento da ausência de um documento que assumisse um potencial orientador para essa disciplina na escola.

Assim, a construção dos textos de todas as áreas devia observar as concepções previstas no primeiro caderno, das orientações gerais, que estabelecia a organização das escolas regulares do Ensino Fundamental à partir da concepção de ciclos de formação humana, assumindo o “conhecimento, trabalho e cultura”, como eixos estruturantes da construção do currículo das escolas.

Seguindo o que foi previsto para o processo de construção das orientações curriculares do estado de Mato Grosso, o novo documento foi encaminhado para que os profissionais da Educação do Estado de Mato Grosso dialogassem com o texto proposto para as orientações curriculares. Assim, o texto por área de conhecimento foi encaminhado aos Cefapros para apreciação do texto pelos professores formadores.

A versão preliminar do documento de Educação Física, construída pelo consultor, mantinha a mesma visão do documento anterior, como podemos ver no trecho a seguir:

O trabalho nesta área também deve possibilitar a socialização e as práticas corporais, com o objetivo de desenvolver, no educando, a capacidade de movimentar-se com desenvoltura, seja no ambiente familiar ou no social, bem como de cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida. É fundamental que as atividades motoras básicas estejam assimiladas e em plena utilização pelo aparato corporal, no sentido de alcançar a formação de um corpo saudável e equilibrado. (primeira versão², p. 12)

Em outros trechos do documento, também era possível observar uma concepção de Educação Física centrada no desenvolvimento de valores, como se não houvesse conhecimentos a serem ensinados/aprendidos, na mesma linha de pensamento do documento anterior, como o observado a seguir:

A Educação Física Escolar tem como finalidade a formação cidadã e a construção de comportamentos e respeito aos valores éticos, morais e estéticos inerentes ao ser humano: o amor por si mesmo e pelo universo. O currículo escola, no primeiro ciclo, organiza-se, então, de modo a proporcionar o desenvolvimento das capacidades emocionais: autoconfiança, afetividade, solidariedade, nas relações interpessoais que são oportunizadas nas aulas de Educação Física. (primeira versão, p. 35)

A visão de Educação Física se associava sempre ao desenvolvimento de valores, à necessidade de autoconhecimento, ao “ensino do ser”, expressões que aproximavam o novo documento ao documento anterior, atribuindo a Educação Física até mesmo ao desenvolvimento da inteligência emocional.

As primeiras contribuições relacionadas ao documento vieram dos Cefapros. No que se refere ao texto específico da Educação Física, os primeiros apontamentos vieram do Cefapro de Tangará da Serra,

² Este trabalho considera como primeira versão, o documento construído pelos consultores antes de quaisquer contribuições.



através de um “parecer”³ construído pelo professor formador da área de Linguagens/Educação Física, e, que foi assumido pelo CBCE/MT.

Os principais apontamentos ao texto, trazidos por este “parecer”, foram apresentados no encontro de formação dos Cefapros e trazia contribuições à concepção de Educação Física do documento, sendo as contribuições gerais as relacionadas a seguir:

Da Análise Geral do Texto: a. O texto não traz nenhuma citação ou referência que possibilite a identificação da concepção teórica que sustenta a proposta de Educação Física em todos os níveis. É inevitável observar que as grandes referências pedagógicas da área de Educação Física, que trabalham em diferentes concepções, ficaram de fora dessa construção; b. O texto valoriza extremamente o desenvolvimento de valores e comportamentos e omite os conhecimentos e procedimentos implícitos nos conteúdos da Educação Física, mesmo dizendo que a Cultura corporal compreende os conhecimentos historicamente acumulados pela sociedade; c. O documento desconhece as características dos ciclos e não trata de forma adequada as fases de desenvolvimento contempladas por cada ciclo, trazendo textos muito semelhantes para os três ciclos, não fazendo as apropriações devidas para a infância (1º ciclo), pré-adolescência (2º ciclo), adolescência (3º ciclo) (Parecer/Educação Física – Tangará da Serra/MT).

Além disso, o “parecer” descrevia alguns equívocos apresentados pelo texto do consultor, principalmente no sentido de não deixar claro o conceito de práticas corporais, que ora se apresentava como missão educativa, ora como fator a ser desenvolvido pelas aulas de Educação Física, ora como estratégia (atividades) para desenvolvimento das habilidades selecionadas, dos valores, ou até mesmo da saúde.

O “parecer” também indicava claramente que todo o conhecimento histórico construído para a Educação Física Escolar, que remete às várias possibilidades de se pensar a Educação Física na escola, foi ignorado pelo texto do consultor. Até mesmo quando o texto trouxe uma breve contextualização histórica, na introdução das orientações curriculares para o ensino médio, desconsiderou uma parte importante da história da Educação Física relacionada ao movimento de inserção da Educação Física nos documentos que a legitimaram ao longo do processo histórico, bem como dos vários contextos que impulsionaram a pesquisa acadêmica, especialmente na área pedagógica escolar, e que contribuíram para que a Educação Física pudesse ser considerada “Componente Curricular Obrigatório da Educação Básica” (Lei 9394/96).

Todas as grandes fragilidades do texto específico da Educação Física apontadas no “parecer”, foram apresentadas no encontro de formação que reuniu os Cefapros para decidir e indicar as necessidades de mudança do texto, mobilizando os responsáveis pelo processo para necessidade de comprometimento dos profissionais da área com a revisão e adequação do texto específico da Educação Física a fim de contemplar uma perspectiva de orientação que imprimisse princípios de qualidade à prática pedagógica, fazendo com que as discussões dessa área específica avançassem em termos qualitativos em nosso estado.

O “parecer” supracitado foi assumido pela Seduc no diálogo com o consultor sobre as necessidades de mudança no que se previa para as orientações oferecidas pelo texto, a partir dos princípios de qualidade que se esperava para as práticas pedagógicas pensadas para esse componente curricular, no atendimento das concepções gerais estabelecida para a educação no estado de Mato Grosso.

³ Documento construído pelo professor formador do Cefapro de Tangará da Serra.



Algumas modificações foram assumidas pelo consultor, no entanto, o texto continuou atribuindo à Educação Física a responsabilidade pelo desenvolvimento de valores, pela educação do ser, para o desenvolvimento da inteligência emocional, e desconsiderando aspectos importantes da concepção de Educação Física para o ambiente escolar.

O texto foi reconduzido ao processo de construção democrática, encaminhado aos Cefapros para conduzir as etapas municipais e regionais do trabalho. Os Cefapros se responsabilizaram pela sistematização das contribuições e envio aos grupos de trabalho que finalizaria as intervenções no texto e dialogariam com os consultores a fim de que revissem o documento a partir das contribuições coletadas nas diferentes etapas do processo.

Pelas grandes fragilidades apresentadas pelo “parecer”, principalmente no que se referia aos conhecimentos pedagógicos historicamente construídos para da Educação Física escolar, era esperado que muitas contribuições viessem apontando essas fragilidades, no entanto, a sistematização das contribuições realizadas pelos Cefapros, com as contribuições advindas dos seminários locais e regionais, não propunham grandes intervenções ao texto, antes pudemos observar um grande número de reivindicações.

As reivindicações se relacionavam a três questões recorrentes, apresentado aqui em ordem de maior incidência: 1. A solicitação por profissional habilitado em Educação Física em todos os ciclos; 2. Reivindicação por melhor estrutura física para realização dessas aulas; 3. Solicitação de material didático.

Cabe lembrar, o que já dissemos anteriormente, que o atendimento no primeiro ciclo, até a segunda fase do segundo ciclo, acontece em regime de unidocência, ou seja, o professor, pedagogo por formação, é o responsável até mesmo pelas práticas pedagógicas até mesmo de Educação Física. Pesquisas revelam que os professores dessas fases assumem a falta de condições de planejamento dessas aulas pela falta de conhecimentos advindos da formação, o que faz com que essa disciplina se resuma a momentos livres, não orientados nessas etapas nas escolas estaduais (GOMES, 2010).

As contribuições relacionadas ao conteúdo do texto foram mínimas, apresentavam sugestões de mudanças, mas não propunham alterações tão profundas ao texto. Cabe lembrar que essas contribuições já haviam sido consideradas para discussão na etapa municipal, regional e encaminhadas, por isso são identificadas pelas cidades sedes dos Cefapros que se responsabilizaram pela sistematização e encaminhamento aos Grupos de Trabalho, sendo elas:

1. Dar mais ênfase aos conteúdos básicos da Educação Física; 2. A proposta curricular de MT, na disciplina de Educação Física, evidencia o esporte competitivo; 3. A proposta atual da EF por estudiosos da área prevê a valorização da cultura corporal. Quanto à avaliação, a proposta não esclarece como o aluno será avaliado (Cáceres/MT).

Que a Cultura Corporal do Movimento seja parte de uma realidade cada vez mais valorizada e trabalhada nas aulas de educação física, por que o processo de ensino aprendizagem em Educação Física, não se restringe ao simples exercício de certas habilidades e destreza, mas sim capacitar o aluno a refletir sobre possibilidades corporais, e com autonomia exercê-las de maneira social e culturalmente significativa e adequada, conforme as Orientações Curriculares dos PCNs que propõem que aluno deve assistir jogos de futebol, vôlei, Olimpíadas, apresentações de danças, entre outros. É uma prática muito corrente fora da escola, mas dentro das aulas de Educação Física isto raramente acontece. O aluno deve apreciar estas diversas manifestações da cultura corporal, não só para aprender sobre o movimento do corpo, mas também para valorizar estas manifestações culturais e populares (Alta Floresta/MT).



Podemos considerar por essas contribuições que os conhecimentos relacionados à “Cultura Corporal de Movimento” assumiram uma dimensão significativa nas práticas pedagógicas dos professores de Educação Física do estado de Mato Grosso, sendo bastante requisitada nas contribuições das escolas, tendo em vista que o documento preliminar, anterior aos apontamentos dos Cefapros, e que originou o “parecer” assumido pela Seduc, fragilizava à compreensão do seu conceito, como podemos ver pelo trecho do “parecer”:

1. O texto considera as “práticas corporais”, ou a “cultura corporal de movimento”, mas **NÃO** deixa claro o conceito utilizado, tratando-a ora como missão educativa, ora como fator a ser desenvolvido pelas aulas de Educação Física, ora como estratégia (atividades) para desenvolvimento das habilidades selecionadas, dos valores, ou até mesmo da saúde; 2. A “Cultura Corporal de Movimento”, pelo conceito desenvolvido pelo livro Metodologia do Ensino da Educação Física, comumente chamado de Coletivo de autores (SOARES et al, 1992), abrange em seu conceito vários elementos, sendo: conhecimento sobre o corpo, jogos e brincadeiras, lutas, ginástica, atividades rítmicas e expressivas, esporte. Cada elemento é caracteristicamente diferente do outro, mas não menos importantes que os outros, havendo necessidade de considerar a todos; 3. Baseado nisso o texto está equivocado em dizer que a “Cultura Corporal de Movimento” é uma convenção, antes é fruto de uma construção histórica e social (Parecer/Educação Física – Tangará da Serra/MT).

Outra relação entre o “parecer” e as contribuições dos seminários regionais observadas na sistematização das contribuições diz respeito a ausência de um referencial teórico que pudesse ser observado, e que conduzisse os professores responsáveis pelas práticas pedagógicas desse componente curricular a uma leitura mais aprofundada das possibilidades, como podemos ver:

Em Educação Física oferecer referencial teórico de cunho crítico para que o professor possa desenvolver atividades diversificadas a cerca da cultura corporal do movimento (Confresa/MT).

Há ainda contribuições apresentadas para serem adicionadas, substituídas ou suprimidas do texto, como podemos ver:

Considerar as possibilidades de identificar possíveis atletas para os esportes, lutas e danças e possivelmente encaminhá-los a projetos que contemplem objetivos de alto-rendimento (Primavera do Leste/MT).

Substituir o termo cultura do corpo, por cultura corporal do movimento.” (Juína/MT)

No trecho: os jogos, ginásticas, danças, esportes, lutas são os elementos da Cultura Corporal de Movimento que, por sua prática e instigação do professor, levam o indivíduo a refletir sobre a sua forma de agir no mundo, conduzindo-o a se tornar um ser crítico e autônomo capaz de transformar-se e transformar **coisas do mundo**, SUPRIMIR (São Felix do Araguaia/MT).

A partir das contribuições recebidas e sistematizadas pelos Cefapros, observamos que dos quinze seminários regionais realizados, apenas seis coletaram proposições ao texto de Educação Física, ou seja, menos da metade. Assim, pelo teor das proposições oferecidas para o texto dessa área especificamente, o “parecer” construído pelo professor formador do Cefapro de Tangará da Serra, assumiu a responsabilidade de propor ao consultor as mudanças consideradas necessárias ao texto.



Assumir as proposições apontadas pelo “parecer”, significava uma mudança radical na visão de Educação Física apresentada pelo documento, o que fez com que o grupo de trabalho constituído pela Secretaria de Estado de Educação, responsável pela sistematização das contribuições de todo o estado, e pelo diálogo com o consultor, assumisse a reconstrução do documento.

Considerações Finais

O processo de construção das Orientações Curriculares do estado de Mato Grosso, especificamente pelas contribuições oferecidas para o texto de Educação Física, puderam revelar algumas situações que deveriam ser mobilizadoras da necessidade de discussão.

O primeiro ponto diz respeito a questões estruturais para realização dessas aulas, visto pela reivindicação pela melhoria dos espaços para realização dessas aulas, e pela solicitação de materiais didáticos.

Como segundo ponto, tomamos a solicitação por um profissional habilitado em Educação Física em todos os ciclos, a fim de que os momentos previstos para as práticas pedagógicas desse componente curricular sejam preenchidos por significância, de intencionalidade pedagógica prevista para todos os componentes curriculares, a partir da compreensão de ciclos de formação humana.

Como último ponto, consideramos a pequena quantidade de contribuições diretas ao texto específico da Educação Física. O processo deflagrado para construção democrática do documento foi encaminhado para as escolas com cronogramas e orientativos que esclareciam a importância e sugeriam formas de organização para esse trabalho. Esses orientativos já nos diziam que os profissionais da Educação no estado deveriam contribuir com a discussão das concepções de cada área de conhecimento, a partir da concepção de Ciclos de Formação Humana, a fim de que o texto se aproximasse da realidade da escola.

No entanto, as contribuições foram mínimas em termos de quantidade, quase imperceptíveis se comparadas à quantidade de contribuições oferecidas às demais áreas do conhecimento. Além disso, a maioria dos apontamentos se apresentava como reivindicações e não como resultado de discussões teóricas.

Esse quadro revelado pela análise da quantidade e da qualidade dos apontamentos relacionados ao texto da Educação Física, poderia indicar a omissão dos professores dessa área em relação ao processo deflagrado para construção do documento ou revelar uma demanda importante de formação continuada necessária a qualificação dos professores responsáveis por essa prática na escola.

Aceitar o desafio da construção de um documento de tamanha importância para a Educação no estado de Mato Grosso, especificamente em Educação Física, é sinalizar a busca pela realização de aulas que produzam encontros mais significativos, para além dos rótulos desta ou daquela abordagem, considerando os pressupostos metodológicos construídos para a educação no estado de Mato Grosso.

É necessária, então, a construção de um elo reflexivo entre a história construída e as experiências vivenciadas no interior da escola para alunos desta disciplina, em qualquer contexto que seja, apropriando-se dos documentos que trazem orientações, propulsionando as práticas pedagógicas da escola. Isso revela a ampla necessidade de envolvimento e discussões pelos profissionais da área, a fim de que essa proposta se consolide como referência para a construção dos projetos de Educação específico das escolas.



Faz-se pertinente nesse momento citar o filósofo Silvino Santin (2002) quando sugere o contexto atual como “momento novo da Educação Física”, apresentando seis pontos desafiadores para a Educação Física escolar, anunciando seus desafios: 1) Pedagógico: por ser uma ação educativa para construir um ser humano, porque traz já a palavra educação; 2) Antropológico: pela tarefa de compreender o homem como indivíduo e como ser social, dentro de um projeto de desenvolvimento; 3) Epistemológico: pelos desafios de ter eleito o movimento humano como objeto de estudo; 4) Profissional: pelo reconhecimento enquanto profissão e pela garantia de um serviço de qualidade; 5) Esportivo: pela responsabilidade de vencer o dualismo de vencedores/vencidos. 6) Lúdico: esse é o desafio dos desafios — pela defesa dos valores lúdicos.

Não cabe mais pensar uma Educação Física a serviço das demais disciplinas, ou dos problemas a serem resolvidos na escola, é preciso concebê-la como componente curricular obrigatório e assumir a responsabilidade do que isso significa neste contexto, como direito de todos os alunos.

O esporte, assim como os demais elementos da cultura corporal de movimento, não está na escola apenas a serviço dos valores, e da saúde, mas para que os alunos aprendam também “uma manifestação cultural construída historicamente e valorizada pela nossa sociedade há longa data, de modo que, ao aprendê-la, ganhem autonomia para praticá-la por toda a vida, nos mais diferentes ambientes em que esta se manifestar” (SANTANA et all, p. 133), adquiram conhecimentos por meio dessas práticas.

Assim, num momento de construção como este, especificamente pensar a Educação Física exige dos envolvidos nesse processo um conhecimento transdisciplinar que componham a cultura corporal como parte integrante e indispensável da cultura educacional. Priorizar esta ou aquela perspectiva supõe o parcelamento dessa cultura corporal.

Bibliografia

BRASIL, Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases nº. 9.394/96. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (LEI nº 10.793/2003). Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física, 5ª a 8ª Séries. Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física, volume 7. Brasília, 1997.

CAPARROZ, F.E. Entre a Educação Física na escola e a Educação Física da escola: a Educação Física como componente curricular. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

CASTELLANI FILHO, Lino. Educação Física no Brasil: a história que não se conta. 9ª. ed. Campinas: Papyrus, 1988.

CHÂTEAU, J. O jogo e a criança. São Paulo: Summus, 1987.

GOMES, C. F. Corporeidade e ludicidade: estudos sobre conteúdos trabalhados por professores de Educação Física na Rede Cuiabana. Projeto de Pesquisa: 2004.

DAOLIO, J. Educação física e o conceito de cultura: polêmicas do nosso tempo. Campinas: Autores Associados, 2004.



DARIDO, S. C. Educação Física na escola: questões e reflexões. Araras, SP: Gráfica e editora Topázio, 1999.

GOMES, Cleomar Ferreira. A Educação Física na pós-modernidade: reflexões sobre sua vocação interdisciplinar. In: Anais do 9º encontro de pesquisa em educação da Anped – Centro Oeste. Anais. Brasília, jul. 2008. (CD-ROOM)

GOMES, Cleomar Ferreira. Meninos e brincadeiras de Interlagos: um estudo etnográfico da ludicidade. Tese de doutorado. São Paulo: USP – FEUSP, 2001.

GOMES, L. A. A Educação Física nas políticas de educação de Mato Grosso: do saber instituído ao saber apropriado. Dissertação de mestrado. Orientação: Prof. Dr. Cleomar Ferreira Gomes. Programa de Pós Graduação em Educação - UFMT: 2010.

GONZÁLEZ, F. J. FENSTERSEIFER, P. E. (Orgs.) Dicionário crítico da Educação Física. 2ª ed. rev. Ijuí: Ed Unijuí, 2008.

KUNZ, E. Didática da educação física 2. (Org.) ElenorKunz. 3ª Ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

_____. Transformação didático-pedagógica do esporte. Ijuí: Unijuí, 1994.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Escola ciclada de Mato Grosso: novos tempos e espaços para ensinar – aprender a sentir, ser e fazer. Cuiabá, 2000.

NEIRA, M. G. Educação Física: desenvolvendo competências. 2ª Ed. São Paulo: Phorte, 2006.

_____. Ensino de educação física. São Paulo: Thomson Learning, 2007. (Coleção Ideias em Ação/ Coordenadora Anna Maria Pessoa de Ca NEIRA, M. G. Ensino de Educação Física. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

SANTANA, W. C.; REIS, H. H. B. A pedagogia do esporte e o desafio de educar para a autonomia. In: MOREIRA, E. C. (org.). Educação física escolar: desafios e propostas 2. Jundiaí, SP: Fontoura, 2006. p.133-152

SANTIN, Silvino. Textos malditos. Porto Alegre: Edições – Est, 2002.

SOARES, C. L. e colaboradores. Metodologia do ensino de Educação Física. 2 ed. Ver. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA, E. S. e Vago, T. M. O ensino da educação física em face da nova LDB. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. São Paulo, 1997. (p. 121-141).

TANI, G. A Abordagem desenvolvimentista: 20 anos depois. *Revista da Educação Física/UEM*. Maringá, v. 19, n. 3, p. 313-331, 3. trim. 2008.

VAGO, T. M. *Início e fim do século XX: maneiras de fazer Educação Física na escola*. In: Caderno CEDES, n.º. 48, Campinas, 1999



Éderson Andrade – Seduc – IE/UFMT
Luciane de Almeida Gomes – Seduc/MT
luciane.seduc@mt.gov.br
lualgomes@hotmail.com
Rua 09, n. 320, bairro: Recanto dos Pássaros
Cuiabá – MT
Cep.: 78075-290
Cel.: (65)9918-8581

Recurso tecnológico: data-show